

Limites dos Sistemas Liberais Frente ao Crescimento de Lideranças Políticas Extremistas no Início do Século XXI

Júlio Cesar Meira¹

Resumo:

O início do século XXI tem sido marcado pela ascensão de governos com colorações autoritárias em vários países ocidentais, do leste Europeu às Américas. Partimos de uma análise da hipótese central da obra “Como as Democracias Morrem”, de Levitsky e Ziblatt (2018), que ao testemunhar a chegada ao poder de Donald Trump, um *outsider* na política tradicional norte-americana, aponta a necessidade de reforçar os filtros partidários para impedir as candidaturas com graus variados de conteúdos fascistóides, autoritários e demagógicos, em seu nascedouro, para refletir sobre a incapacidade de as instituições da democracia liberal compreender e atender as demandas de seus cidadãos, contribuindo para o florescimento de sentimentos de insatisfação generalizada, da ampliação do fosso da desigualdade social e da sensação de expectadores de um processo para o qual os cidadãos não tem participação. Buscamos demonstrar que a receita de aprofundamento dos mecanismos de controle institucional da democracia liberal não é a resposta neste momento de “crise dos mapas ideológicos”.

Palavras-chave: Política. Democracia. Partidos Políticos. Autoritarismo.

52

Abstract:

The beginning of the 21st century has been marked by the rise of governments with authoritarian colorations in several Western countries, from Eastern Europe to the Americas. We start from an analysis of the central hypothesis of Levitsky and Ziblatt's (2018) work “How Democracies Die”, which, upon witnessing the arrival to power of Donald Trump, an outsider in traditional American politics, point out the need to strengthen party filters to prevent candidacies with varying degrees of fascist, authoritarian, and demagogic content, in their birthplace, to reflect on the incapacity of the institutions of liberal democracy to understand and meet the demands of its citizens, contributing to the flourishing of feelings of generalized dissatisfaction, the widening of the gap of social inequality, and the feeling of being spectators of a process in which citizens have no participation. We seek to demonstrate that the recipe of deepening the institutional control mechanisms of liberal democracy is not the answer in this moment of “crisis of ideological maps”.

Keywords: Politics. Democracy. Political Parties. Authoritarianism.

¹ Doutor em História Social pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Professor efetivo - em Regime de Tempo Integral de Dedicção à Docência e à Pesquisa (RTIDP) - da Universidade Estadual de Goiás (UEG). Coordenador Regional do Câmpus SuL da UEG - Morrinhos (sede), Caldas Novas, Ipameri, Itumbiara e Pires do Rio. Professor titular de História Moderna e Contemporânea na Graduação. Professor do Programa de Mestrado em História da UEG (PPGHIS/UEG).

Introdução

A segunda década do século XXI foi marcada pela ascensão de governos autoritários em vários países do mundo, em processos eleitorais que trouxeram à superfície visões de mundo que se pensavam desaparecidas. Entre esses processos, a experiência brasileira foi marcada pela eleição do presidente Jair Bolsonaro em 2018, com inclinações autoritárias, amplamente conhecidas muito antes da eleição, haja vista já estar na vida pública há quase três décadas. Na eleição presidencial sua campanha foi orientada por informações de origem duvidosa e que encontraram o ambiente propício para sua difusão fora dos meios de comunicação tradicionais, como as redes sociais.

Embora o momento da eleição tivesse características próprias que favoreciam uma candidatura não ligada aos partidos que haviam hegemonizado a cena política nas duas décadas anteriores, seu discurso encontrou ressonância em boa parte dos eleitores. Obviamente nem todas as pessoas que votaram em Bolsonaro compartilhavam das ideias e valores difundidos em seu discurso, mas é difícil não partir da hipótese de que muitas que pensavam (e pensam) assim foram eleitoras do atual presidente.

Essas constatações não contêm em si um juízo de valor sobre a experiência histórica da sociedade brasileira, mas permitem estabelecer relações de comparação do Brasil com outros países.

Partimos, em primeiro lugar, de uma reflexão sobre a dificuldade de as sociedades olharem para si em momentos de relativa calma, fazendo com que, nos momentos de ruptura social – com motivações culturais, identitárias, econômicas, entre outras – os enfrentamentos e abalos conjunturais sejam percebidos como acontecimentos isolados. Buscam-se explicações e motivos, que não necessariamente são associados (ou não se quer associar) ao desenho institucional do Estado. Dessa forma, a busca é pelo enfrentamento episódico, muitas vezes violento. A normalidade que se busca, pode significar, apenas, a naturalização das causas que levaram a esses eventos.

Dois intelectuais franceses, Jean-Paul Fitoussi e Pierre Rosanvallon, analisaram a forma de enfrentamento do governo francês aos problemas de disfunções sociais na década de 1990 e constataram que, se não se tinha uma agenda ampliada da relação dos problemas pontuais com as questões nacionais é porque não se tinha noção dessas relações. Faltavam, tanto na política quanto na academia e, ainda, nas demais instâncias de formulação de políticas públicas, instrumentos adequados que permitissem compreender claramente a complexidade da sociedade francesa, como os instrumentos de segregação social e econômica, as demandas crescentes de vastas parcelas longe do acesso a bens públicos, culturais, aos mercados de trabalho e de consumo.

Fitoussi e Rosanvallon (2003, p. 23) criaram o termo “opacidade social” para se referir a tal fenômeno e demonstraram de forma prática a aplicação do conceito ao reproduzir a fala de um ministro do trabalho que, numa sociedade em ebulição, afirmou que “[...] tudo vai bem, exceto o desemprego”, não percebendo que a falta de emprego é um dos sintomas de uma sociedade disfuncional, um dos instrumentos institucionais de segregação.

A reflexão dos autores contribui para demonstrar a frequência da falta de entendimento da sociedade e dos grupos dominantes para apontar causas e, por consequência, possíveis soluções. O conceito de opacidade social, a nosso ver, contribui para a análise, uma vez que nos anima, de forma pessoal e institucional, a contribuir para a compreensão dos fenômenos sociais.

A segunda abordagem que fazemos retoma a fala anterior da comparação do momento político brasileiro com outros países e tem uma relação profunda com as observações de Fitoussi e Rosanvallon, na medida em que demonstra que não apenas no estamento político, mas, mesmo na academia, as condições sócio-históricas são de difícil assimilação, resultando em ofertas dos mesmos remédios para problemas diferentes.

Nesse caso, nossa reflexão dialoga com as formulações de dois cientistas políticos da Universidade de Harvard – Steven Levitsky e Daniel Ziblatt –, que, a nosso ver, entenderam corretamente que a eleição de Donald Trump tinha um potencial, então não percebido, de erosão real da estrutura política do país, construída ao longo de mais de duzentos anos. Trump, um verdadeiro *outsider*² na cena política, venceu uma eleição contra todos os prognósticos, com uma retórica antipolítica e autoritária.

Se o diagnóstico parte de uma leitura de conjuntura adequada, as respostas que oferecem devem ser problematizadas. Levitsky e Ziblatt publicaram sua análise das causas e efeitos da eleição de Trump em 2018 na obra “Como as Democracias Morrem”. Partindo da premissa de que se observava um modelo diferente (mas não tão novo) de autoritarismo, do tipo que chega ao poder pela via eleitoral e erode as instituições da República a partir de dentro, os autores buscaram compreender o fenômeno comparando-o às experiências sociais e políticas de países diversos, como, por exemplo, Grã-Bretanha, Alemanha, Itália, Brasil, Argentina, dentre outros, que, depois das tragédias ao longo do século XX, experimentam no início do século XXI – como já apontamos no início deste texto – erupções autoritárias diversas, muitas das quais deram origem a regimes claramente autoritários, ditatoriais.³ Destaque para o fato de que todos tiveram amplo apoio de fatias importantes – em alguns casos até da maioria – de suas populações.⁴

Se as sociedades podem ter inclinações autoritárias e fascistóides,⁵ o que, convenhamos, são a antítese de democracia liberal, qual a explicação para que, em vários países, essas

2 Utilizamos o termo *outsider* da mesma forma como Steven Levitsky e Daniel Ziblatt o empregam na sua obra, ou seja, de pessoas que tem a pretensão de disputar uma eleição majoritária sem experiência eleitoral anterior, ou mesmo sem ter, antes ocupado, cargos ou funções burocrático-administrativas de confiança no aparelho do Estado (ministros ou secretários de Estado).

3 Nos casos dos regimes nazista da Alemanha e fascista da Itália, o processo foi da ditadura ao autoritarismo totalitário.

4 É importante salientar que os autores analisam regimes políticos autoritários em países em que os grupos políticos que subverteram as regras institucionais democráticas chegaram ao poder pela via institucional legal, ou seja, pelo voto. Essa observação é feita como prevenção para os que se sintam tentado a estabelecer equivalência com outros regimes ditatoriais e totalitários, em que a tomada de poder aconteceu por meios revolucionários.

5 Empregamos o termo “fascistóide” com o significado de “à moda de”, ou com características fascistas, como populismo, antiliberalismo, anticomunismo, culto ao líder, xenofobia, nacionalismo extremado, em maior ou menor grau. Evitamos aplicar o conceito de Fascismo para definir a ascensão dos atuais governos autoritários, amparados na conceituação de Hannah Arendt (1989), que identifica o fascismo como política de Estado, no caso o Estado Totalitário nazifascista Alemão e o autorreferenciado Totalitarismo do Estado fascista Italiano (HOBBSAWM, 1995, p. 116). Nessa interpretação, discursos ou medidas fascistóides incluem elementos percebidos no fascismo praticado naqueles Estados, mas sem a potência de se transformarem em políticas de Estado capazes de levar ao Totalitarismo. Da mesma forma, evitamos utilizar categorias como neofascista ou neonazista para a compreensão dos processos analisados, por entender

inclinações não descambaram para o autoritarismo? A resposta padrão que Levitsky e Ziblatt (2018) estabelecem como hipótese, é que países com instituições fortes estariam livres desse fenômeno, pois os consensos construídos por elas, os freios e contrapesos próprios da separação de poderes de sociedades com democracias liberais amadurecidas, por inércia imporiam limites aos comportamentos antidemocráticos.

Sua hipótese tinha um elemento empírico importante: a chegada ao poder de arrivistas autoritários em países com menos tradição democrática, no Leste Europeu, Sudeste Asiático e América Latina. Em comum, países com passado independente recente, fragmentação e conflitos sociais, culturais e econômicos crônicos, classe média letrada mínima ou inexistente, urbanização incipiente.

O problema da análise reside, justamente, no fato de que as principais experiências que servem de parâmetro conceitual para a caracterização desses regimes autoritários – ditatoriais e totalitários – não aconteceram em países que se enquadram nessa moldura histórica.

Levitsky e Ziblatt (2018) perceberam essa inconsistência na hipótese inicial, mas sua resposta foi dobrar a aposta apondo uma nova hipótese à primeira, a partir da qual propõem a organização das respostas para suas inquietações: não basta ser uma sociedade com democracia amadurecida e instituições estabelecidas e sólidas que façam a disputa da opinião pública e forneçam o contrapeso dos freios e contrapesos institucionais. É preciso ter um sistema de filtros que não permita que autoritários possam participar dos rumos políticos do país, que sequer tenham a possibilidade de disputar eleições majoritárias.

Esse sistema de filtros é pré-eleitoral e consiste, principalmente, de partidos políticos fortes, com massa crítica significativa e direção partidária eficiente, programáticos e capazes de organizarem-se internamente em torno de seus interesses ideológicos, a partir dos quais o sistema eleitoral se assenta e está estabelecido na experiência norte-americana desde a fundação de sua República.

Os “Pais Fundadores” e a República Norte-Americana

Desde as Guerras de Independência,⁶ o fortalecimento dos partidos políticos nos Estados Unidos da América partia da desconfiança dos *founding fathers* em colocar algo tão importante quanto a funcionalidade da República nas mãos da população em geral.

Para tanto, a legislação normativa e constitucional criou um modelo de escolha dos candidatos a cargos majoritários (executivos) que diluía a vontade popular, manifestada nos sufrágios periódicos. Esse modelo, expresso no Artigo II da Constituição Americana – normatizava o funcionamento dos partidos políticos e criava os colégios eleitorais,

que se referem à organizações variadas e complexas, não necessariamente representativas de movimentos mais amplos, políticos e sociais, embora as mesmas tenham se multiplicado nas últimas décadas.

6 A expressão “Guerras de Independência” nos Estados Unidos abarca, em nossa opinião, o período de conflitos que vai das guerras contra a Inglaterra na Revolução Americana, propriamente dita, e a nomeada guerra Anglo-Americana, entre 1812 e 1815, que confirmou a Independência e iniciou, de fato, o processo de “invenção” dos Estados Unidos como país, sendo o primeiro conflito como país independente.

compostos de pessoas supostamente respeitáveis e honradas, preocupadas com os destinos da nação, formando uma espécie de segundo turno eleitoral, para evitar que os eleitos saíssem do *script* determinado pela Constituição. A justificativa desse filtro foi dada por alguns dos *founding fathers*:

Nas Repúblicas, as pessoas elevadas da classe comum, pelo voto dos seus concidadãos, a lugares que lhes dão considerável poder e dignidade, podem achar, traindo a confiança pública, um interesse que a todos os olhos, exceto aos do homem dotado de virtude superior, parecerá exceder a porção de vantagens que lhes cabe na fortuna pública, e que bastará para lhes fazer esquecer as leis do dever: daí tantos tristes exemplos., como a história oferece, da influência da corrupção estrangeira nos governos republicanos (MADISON, et al., 1840, p. 189).

O fragmento acima foi extraído da obra intitulada “O Federalista”, coletânea de artigos de reflexão (e legitimação) redigidos durante as reuniões que resultaram na própria Constituição Americana pelos delegados da Assembleia. Seus autores foram protagonistas do processo de Independência e ocuparam funções significativas no novo país: James Madison, quarto presidente dos Estados Unidos da América (EUA) e que governou durante o período da guerra Anglo-Americana (1809-1817); Alexander Hamilton, que viria a ser o primeiro Secretário do Tesouro do novo país (1789-1795); e John Jay, político, diplomata e jurista, um dos presidentes do Congresso Continental durante a Revolução, primeiro presidente da Suprema Corte (1789-1795) e governador de Nova York no início do século XIX.

56

Os textos de “O Federalista”, refletiam a visão liberal de sua época e buscavam alertar para o perigo de se sair do jugo metropolitano estrangeiro e cair nas mãos de um candidato a déspota. Por isso, propunham uma República de fundamentação liberal, baseada na livre-iniciativa e na propriedade privada, mas oligárquica, patriarcal e escravagista. Uma República com medo do povo, com um ordenamento jurídico e instituições que fornecessem proteção mesmo contra seu próprio povo, numa característica contramajoritária, pois os pilares da democracia liberal devem ser mais perenes do que as vontades das maiorias transitórias.

Os interesses dos federalistas se baseavam, como vimos, numa visão elitista de controle político e social, numa época em que um número enorme da população era formado de escravos e que entre os livres, a maioria era analfabeta e moradora da zona rural. Madison e seus confrades idealizaram um aparato de poder em que, embora os cargos e funções políticas fossem eletivos, eram direcionados para os esclarecidos membros de uma pequena classe média urbana.

A justificativa era a de que uma nação forte precisava de povo forte e um governo mais forte ainda, no sentido de possuir instituições eficientes que não permitam a chegada ao poder dos que ameaçam sua visão de liberdade:

há de haver quem não veja que liberdade sem vigor de governo não é possível manter-se – que os interesses dela e dele não podem ser separados – que mais vezes se cobre a ambição com o pretexto de estremecimento pelos direitos do povo, que com o manto menos sedutor de zelo pelo governo. Quem quiser consultar a história, lá verá qual das duas estradas tem conduzido mais vezes ao despotismo, e achará que a maior parte daqueles que destruirão a liberdade das Repúblicas começarão a ser tiranos, fazendo-se demagogos e captando a benevolência do povo (MADISON, et al., 1840, p. 06).

Além do perigo do despotismo ou da tirania, a preocupação com a ascensão de demagogos ao poder decorria do tipo de desenho institucional construído durante as assembleias revolucionárias. A relação frágil entre as colônias encontrara um elemento comum na guerra contra a metrópole e foi com base nisso que foi construído todo o arranjo federativo. Nesse contexto, havia uma possibilidade real de que, tal como na América Latina, posteriormente, movimentos liderados por elementos locais rompessem esse arranjo, seduzindo as populações locais com discursos de separação e autonomia.

O arranjo institucional foi fortalecido nos primeiros anos pela chegada ao poder de líderes das Guerras de Independência que comungavam dos mesmos interesses e visões de país, que se tornaram valores morais basilares da nacionalidade – como o caso do próprio Madison, coautor de “O Federalista”. Esses valores se consolidaram a partir da década de 1830, com a fundação dos partidos atuais (Partido Democrata, na década de 1830 e Partido Republicano, em 1854), que controlaram o acesso à Presidência do país daí em diante, num revezamento constante.⁷ Esse controle dificultou que *outsiders* aspirassem a uma candidatura, pelo menos até a chegada de Donald Trump.

Levitsky e Ziblatt (2018) usam uma imagem simbólica para retratar as instâncias de controle dos partidos ao longo dos dois séculos seguintes. Discorrendo sobre os debates ocorridos em 1920 a respeito dos potenciais candidatos para suceder a Woodrow Wilson, os autores se referiram a uma pequena sala de conferências em um hotel, escurecida pela fumaça de charutos e cachimbos dos líderes do Partido Republicano, que passaram a noite analisando o perfil de cada candidato, até definir, por volta das duas horas da manhã, pelo candidato que consideraram adequado. Chama a atenção o fato de terem dispensado o primeiro colocado nas pesquisas de opinião, major-general Leonard Wood, de perfil populista e extremista, com chance real de vitória após quase uma década de domínio do Partido Democrata. O escolhido, Warren Harding, quarto colocado nas pesquisas de opinião, foi o escolhido, conseguindo vencer a eleição por estreita margem.

Em 1924, novo teste, com as pretensões de Henry Ford. Rico industrial do ramo automobilístico, populista, claramente racista e supremacista,⁸ o empresário era largamente apoiado e admirado pela população americana, mas foi impedido de concorrer às primárias pelos dois partidos (Republicano e Democrata), pelo potencial perigo que suas ideias representavam.

Os controles partidários foram novamente acionados em 1940, quando dois populistas arrebanhavam multidões por onde passavam ou para ouvir suas palavras nos programas de rádio. Charles Coughlin, sacerdote católico e orador inflamado com ideias extremistas e racistas e o populista da vez, o famoso aviador Charles Lindbergh, o primeiro a voar sobre o Atlântico sem escalas, em 1927 e que teve o filho sequestrado e jamais recuperado, em um

7 As exceções, em termos, foram as presidências de Lincoln e Johnson, um Republicano e um Democrata, eleitos por um terceiro partido, o Partido de União Nacional, no final da Guerra de Secessão, simbolizando a união das partes divididas pela guerra civil e a reconstrução dos ideais dos *founding fathers*.

8 Henry Ford, como muitos outros empresários e políticos norte-americanos, era visita frequente na Alemanha Nazista a partir de 1933 e recebeu a Ordem do Mérito da Águia Alemã, maior condecoração do governo de Hitler a personalidades não alemãs, em 1938 (BERNARDO, 2004).

caso que provocou comoção nacional. Lindbergh era também racista, admirador de Hitler e que passava temporadas na Alemanha.

Ambos eram, também, isolacionistas, o que nos Estados Unidos do final da década de 1930 significava compor com a maioria da população. Apesar de sérios concorrentes do presidente Franklin Roosevelt, do Partido Democrata e candidato à segunda reeleição, nenhum deles foi considerado pela liderança do Partido Republicano que, com o risco de perder a eleição – como de fato aconteceu – indicou, como candidato, o empresário Wendell Willkie.

Da mesma forma, o governador do Alabama, George Wallace, declaradamente racista, ídolo dos supremacistas do sul dos Estados Unidos entre as décadas de 1940 e 1970, radical adversário das políticas dos direitos civis e antissegregacionistas, não conseguiu ser indicado candidato pelo Partido Democrata em 1968, se desfilando e concorrendo pelo Partido Independente Americano, alcançando o terceiro lugar, a despeito da quase inexistência de estrutura partidária.

Em todos esses casos mencionados por Levitsky e Ziblatt (2018), as lideranças partidárias trabalharam claramente contra as inclinações eleitorais da sociedade de seu tempo. Os autores apontam como início da erosão dos controles partidários a adoção universal das primárias nas eleições norte-americanas a partir das décadas de 1960, reduzindo um pouco o poder das lideranças partidárias, já que o sistema de primárias se configurava como uma pré-eleição nos partidos principais que ampliava muito a visibilidade dos candidatos e de suas ideias, angariando apoios populares, institucionais e empresariais relevantes.

58

Mesmo com o rádio, as mídias publicadas e a televisão, o sistema das primárias não foi suficiente para impactar de maneira mais profunda os resultados das eleições. Mas a segunda década do século XXI viu grande parte da oferta de informações migrar para a internet, que passou a abrigar, ao mesmo tempo, formas de comunicação mais rápidas e de maior alcance. As Redes Sociais, objetivamente, que já haviam sido relevantes na eleição de Barak Obama em 2008, foram fundamentais para que o rico empresário do ramo da construção e divulgador de ideias extremistas, Donald Trump, concorresse nas primárias do Partido Republicano, vencendo-as e, em seguida, alcançando a Presidência do país.

Embora a análise de Levitsky e Ziblatt (2018) seja voltada para a compreensão do processo eleitoral que permitiu a chegada ao poder de um extremista de conteúdo populista, os autores observam que grande parte das intenções de um candidato desse perfil é diluída pelo sistema bipartidário, que serve de anteparo às ações mais populistas de uma presidência como a de Trump, que ao longo de seu mandato manteve pequena maioria no Senado, mas conviveu com uma Câmara dos Representantes com maioria Democrata. Além disso, o sistema de eleições constantes permite que parte do Congresso seja renovada no meio do mandato presidencial, um indicativo claro do humor do eleitor a respeito dos feitos da presidência.

Do ponto de vista do conceito de democracia, o sistema de defesa pré-eleitoral da democracia liberal norte-americana parece a antítese do espírito democrático que em tese compõe a própria definição de democracia liberal. Certamente que Levitsky e Ziblatt (2018)

não ignoram isso. O argumento dos autores é que os partidos políticos são essenciais para o bom funcionamento de democracia representativa e, por isso, devem ter as condições de elaborar mecanismos de filtragem apropriados, sendo isso um pequeno preço a pagar para evitar um mal maior, pois:

O teste essencial para a democracia não é se essas figuras surgem, mas, antes de tudo, se líderes políticos e especialmente os partidos políticos trabalham para evitar que eles acumulem poder –mantendo-os fora das chapas eleitorais dos partidos estabelecidos, recusando-se a endossar ou a se alinhar com eles e, quando necessário, juntando forças com rivais para apoiar candidatos democráticos. Isolar extremistas populares exige coragem política. Porém, quando o medo, o oportunismo ou erros de cálculo levam partidos estabelecidos a trazerem extremistas para as correntes dominantes, a democracia está em perigo (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018, posição 168).

Nessa interpretação, a atuação da liderança política como instância de filtragem se justifica na medida em que, ao evitar a ascensão dos líderes autoritários que não tem compromissos políticos democráticos – um *outsider* – e que não podem ser controlados pelas instituições quando já no poder, preserva-se a própria República, pois a história apresenta muitas experiências de personagens que, ao chegarem ao poder pela via eleitoral, subverteram-no. Os golpes nem sempre se dão pela força; há uma razoável possibilidade de líderes autoritários carismáticos chegarem ao poder e se utilizar da sua força eleitoral para minar a própria democracia por dentro.

Foi assim com a Itália, quando, eleito deputado e liderando um partido fascista pequeno, mas em crescimento, Benito Mussolini chegou ao poder, numa concertação de políticos de partidos democratas cristãos e liberais, interessados em sua popularidade e que acreditavam que podiam controlá-lo. Logo que foi convidado para a função de Primeiro-Ministro, Mussolini teve de nomear o economista liberal De Stefani, que realizou inúmeras ações de diminuição do Estado, como desregulamentação geral da economia e privatizações. Logo, porém, ao se sentir fortalecido, principalmente porque o projeto de retomada da economia pela via liberal não deu certo, De Stefani foi demitido e o poder foi concentrado por Mussolini, isolando os liberais.

A experiência italiana, de certa forma foi replicada na Alemanha com Hitler. Robert Gellately (2011) demonstra como a elite política do país, às voltas com as crises permanentes da recém-criada República de Weimar, se voltou para Hitler, buscando em sua popularidade crescente resolver os problemas econômicos e políticos, mesmo que esvaziando momentaneamente o conteúdo democrático da jovem República, na esperança de que, depois de saneado o ambiente institucional, poderiam enquadrá-lo.

De acordo com Gellately (2011, p. 34), foi “um grupo de conservadores influentes” que convenceu o presidente Paul von Hindenburg – também conservador –, a passar a liderança do governo ao político austríaco, acreditando que sua retórica moralista poderia servir de instrumento de unidade nacional.

Esses homens ao redor do presidente e as elites sociais com as quais tinham contato apoiaram Hitler como um líder interino, ou pelo menos o viram como um mal necessário. Eles sem dúvida acreditavam que, desprovido de experiência política, Hitler não seria capaz de se afirmar muito e que assim manteriam o controle fundamental. [...]. Os experientes e bem relacionados não nazistas com os quais o presidente encheu o gabinete de Hitler supostamente garantiriam que ele fosse mais um títere do que um verdadeiro líder com ideias efetivas e um programa próprio.

Mas cometeram um sério erro de avaliação. Em menos de seis meses, os nazistas enfraqueceram o sistema parlamentar e deram início à destruição da justiça com a suspensão dos direitos civis e legais, o que, por sua vez, abriu o caminho para a criação da Gestapo (Polícia Secreta do Estado) e para o estabelecimento dos primeiros campos de concentração (GELLATELY, 2011, p. 34-35).

Em que pese a ação coercitiva das milícias de Mussolini (camisas negras) e de Hitler – *Sturmabteilung* (SA) e sua sucessora *Schutzstaffel* (SS) –, foi a ação ativa das lideranças políticas desses países que levaram ao poder esses líderes autoritários que, posteriormente, subverteram as instituições por dentro, implantando regimes ditatoriais com resultados amplamente conhecidos.

Mais recentemente, as experiências da chegada ao poder de Alberto Fujimori, no Peru e de Hugo Chaves, na Venezuela, ambos na década de 1990 bem como dos atuais governos de Viktor Orbán,⁹ Primeiro-Ministro da Hungria e de Rodrigo Duterte, presidente das Filipinas desde 2016, entre tantos outros, demonstram a mesma estratégia. Todos são exemplos de governantes autoritários que chegaram pela via eleitoral ao poder. Talvez se possa, daqui a algum tempo, descrever da mesma forma os governos de Donald Trump, nos Estados Unidos e de Jair Bolsonaro, no Brasil.

A Experiência Brasileira

60

O debate até aqui se concentra no processo histórico norte-americano, embora, por comparação, tenham sido evocados momentos da história de outros países, assentando a conceituação de autoritarismo a partir das experiências concretas europeias de meados do século XX.

Esse também é o enredo de Levitsky e Ziblatt (2018) em sua obra, servindo de argumento principal para a problematização da possibilidade de o sistema eleitoral proceder a filtragens, evitando que autoritários e demagogos cheguem ao poder pela via eleitoral. Essa atuação prévia se justificaria pela dificuldade de contê-los depois de eleitos. Os autores, embora reconheçam o conteúdo pouco democrático da prática, a justificam, pois, revestidos do poder da função para a qual foram eleitos, frequentemente suas ações de esgarçamento do tecido democrático nem sempre são percebidas até ser tarde demais, principalmente porque essas ações não costumam ser desfechadas rapidamente; ao contrário, ocorrem aos poucos, como tateios ensaísticos, testando a sensibilidade (e a capacidade de reação) institucional.

Não desconhecemos as armadilhas da comparação de experiências históricas, políticas e sociais diferentes. Trazemos esses exemplos porque são a base da argumentação de Levitsky e Ziblatt, a nosso ver problemática pelo fato de que, tradicionalmente, o sistema partidário

⁹ Viktor Orbán é primeiro-ministro da Hungria desde 2010, mas sua trajetória política é longa, pois faz parte do parlamento húngaro desde 1990 e já tendo atuado como primeiro-ministro entre 1998 e 2002.

norte-americano é marcado pelo bipartidarismo, com os partidos Democrata e Republicano dominando, de forma relativamente estável, o processo eleitoral há quase duzentos anos.¹⁰

Já mencionamos as experiências da Itália e da Alemanha, países diretamente relacionados com a ascensão do fascismo e do nazismo. Retomamos essa narrativa brevemente para compreender o cenário político dos processos de implantação dos governos ditatoriais que os marcaram.

Na Itália, o Partido Nacional Fascista (PNF) – fundado pelo ex-militante socialista Benito Mussolini em 1915 com o nome de Partido Revolucionário Fascista (PRF), contabilizava em 1921 cerca de cento e oitenta e sete mil filiados e, mesmo assim, elegeu trinta e cinco deputados, compondo com mais três partidos o Bloco Nacional, de centro-direita à extrema-direita – que alcançou, ao todo, cento e cinco cadeiras no Parlamento Italiano, ou 19% do total das vagas (SASOON, 2009). Naquela eleição, vários partidos compuseram três blocos, sendo que o Bloco de Esquerda foi o vencedor, tendo o Partido Socialista, sozinho, eleito cento e vinte e três deputados, seguido pelo Bloco de Centro.

Essa fragmentação do voto em 1921 não foi uma exceção, pois, como aponta Goffredo Adinolfi (2008), do início do século XX até a eleição de 1924, oito partidos tinham participação ativa na cena política nacional italiana, fora os partidos menores, com pouca representação nacional ou com atuação apenas regional.

A ascensão ao poder de Mussolini em outubro de 1922 deu-se em virtude da queda do governo formado pelos Socialistas Reformistas no início de 1922, dando sequência a um governo liberal que mal completou oito meses. Antonio Gramsci atribui a queda do governo e o convite a Mussolini para formar um novo governo às condições econômicas e sociais internas, que o Partido Socialista não soube administrar; à incapacidade do próprio partido que “não consegue organizar e enquadrar as grandes massas em movimento, não consegue preencher os minutos e os dias, não consegue encontrar um campo de ação que o ponha em contacto, em todos os momentos, com as grandes massas” (GRAMSCI, 1977, p. 112); à conjuntura externa contrarrevolucionária contra o comunismo em grande parte da Europa.

A queda do governo socialista e a ascensão do bloco liberal não melhorou as coisas e a população italiana, descrente com seu sistema político, apoiou a escolha de Mussolini no final de 1922.

Na Alemanha da década de 1920 e início dos anos 1930, durante a República de Weimar, se verificaram grande parte das condições sociais, econômicas e políticas da experiência italiana. Da mesma forma que na Itália, a despeito das desconfianças populares nas instituições estatais, o candidato do Partido Nazista, Erich Ludendorff, em sua primeira eleição presidencial, conquistou 1,1% dos votos para presidente (GAY, 1978, p. 139), numa eleição em que participaram sete partidos, nenhum dos quais alcançou 40% dos votos no primeiro turno. No segundo turno, com o abandono da disputa dos dois primeiros

¹⁰ Oficialmente participaram da eleição norte-americana em 2016, além dos candidatos dos dois principais, candidatos do Partido da Constituição, Partido Verde, Partido Libertário, além de uma chapa independente, possível na legislação americana. Todavia, esses candidatos somaram cerca de 5% dos votos totais, coerente com a tradição eleitoral do país.

candidatos, um novo candidato independente, Paul Von Hindenburg, foi eleito presidente com cerca de 48% dos votos.

Na eleição de 1932 Paul Von Hindenburg, novamente concorrendo como independente, foi eleito com cerca de 53% dos votos no segundo turno, com o Partido Nazista, agora lançando seu líder máximo, Adolf Hitler, alcançou pouco mais de 36% dos votos. O Partido Comunista, com seu candidato Ernst Thälmann, passou dos 10% dos votos. Nas eleições para o Parlamento, participaram quatorze partidos, dos quais sete elegeram deputados, com o Partido Nazista alcançando 33,09% dos votos totais (Gellately, 2011).

Nessa proliferação de partidos dificilmente se poderia pensar em estabelecer filtros pré-eleitorais, haja vista que a perda de um pleito dificilmente poderia ser recuperada mais à frente, dentro das estratégias eleitorais dos partidos.

No caso brasileiro, embora os partidos sejam parte da institucionalidade democrática, uma vez que não há, constitucionalmente, possibilidade de candidaturas avulsas, o multipartidarismo também é a principal marca dos períodos democráticos, formando o ambiente propício para que, tal como nos processos italiano e alemão antes da implantação das ditaduras totalitárias na primeira metade do século XX, surjam candidaturas personalistas.¹¹

A “cultura eleitoral” (ou eleitoreira) brasileira, permite/possibilita a existência absurda de trinta e três partidos políticos oficiais, dos quais mais de vinte estão representadas na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.¹² Do total de partidos oficiais, seis concentram um terço de todas as filiações partidárias no país, mas nenhum deles tem, sozinho, mais de doze por cento do número de deputados no Congresso Nacional, impedindo que haja maiorias estáveis para apoiar a governabilidade, o que obriga os sucessivos governos à composições e coalizões.

A observação da experiência brasileira da redemocratização (pós-1985) mostra que, em todas as vezes em que governantes deixaram de compor com outros partidos – ou grupos de partidos – tiveram dificuldades para governar, como José Sarney, na segunda metade de seu mandato, ou, nos casos de Fernando Collor de Mello e Dilma Rousseff, que foram apeados do poder em processos de *impeachment* (com diferença de vinte e quatro anos entre eles). Apenas Fernando Henrique Cardoso, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), aliado desde a campanha ao Partido da Frente Liberal (PFL), e Luís Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT) e aliado, no segundo mandato, ao antigo Partido

11 Num exercício de síntese, percebemos que as experiências eleitorais brasileiras são caracterizadas por:

- a) Inclinação a eleger personagens com retóricas populistas;
- b) Prática secular do clientelismo e voto de cabresto, sobretudo, nas eleições locais;
- c) Pouco apreço à fidelidade partidária, demonstrado não apenas pela atuação de políticos que se dizem “independentes” em relação aos programas partidários de suas próprias agremiações, quanto por aqueles que buscam novos partidos praticamente a cada eleição (na última eleição presidencial, o partido do candidato Jair Bolsonaro, o Partido Social Liberal (PSL) – do qual já se desfilou –, era o oitavo partido de sua carreira; Ciro Gomes, candidato pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT), já passara por outros seis partidos);
- d) Existência das “bancadas temáticas” nos legislativos, formadas por legisladores eleitos por bandeiras próprias e, frequentemente, à margem dos programas partidários;
- e) Existência dos “partidos de aluguel”, que cedem vagas para candidatos com boa performance eleitoral;
- f) Ênfase da marca própria do candidato, em detrimento do partido, nas campanhas eleitorais.

12 Sobre a quantidade de partidos políticos no Brasil, bem como as representações no Congresso Nacional e a formação de bancadas, ver <https://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos>, acesso em 27 out. de 2021.

do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB),¹³ tiveram governos razoavelmente estáveis, embora com acusações de malfeitos e corrupção, o que contribuiu com o ambiente de descrédito em relação à política em geral e aos partidos políticos em particular.

Além disso, poucos partidos tem uma história baseada numa orientação programática de fato. Entre as exceções, a maioria tem ligação com a esquerda, alguns dos quais foram criminalizados e até banidos, em certos momentos. O único partido de centro-direita mais programático e com vida política mais longa é o Democratas (DEM), mas que se esconde na mudança de nomenclatura de tempos em tempos para escamotear suas ligações com setores sociais que se tornaram indefensáveis posteriormente. Herdeiro da antiga União Democrática Nacional (UDN), surgiu em 1965, fruto do Ato Institucional n. 2 (AI 2) com o nome Aliança Nacional Libertadora.¹⁴

O Século XXI e o Mal-Estar da Política

A profusão de partidos no Brasil revela um sintoma que aponta, por um lado, para características personalistas presentes nas experiências autoritárias citadas acima; por outro lado, para o fato de que o papel do partido político, central na consolidação da democracia liberal, não alcançou a centralidade como representação participativa da mesma maneira no mundo ocidental.

Mas isso pode ser percebido, também, em países em que a legitimidade da representação política das agremiações alcançou alto grau de inserção na vida social em algum momento da segunda metade do século XX. Nas últimas décadas percebe-se um declínio da confiança popular nas instituições políticas tradicionais, movimento que Pierre Ansart já havia percebido no início da década de 1980, na França, motivado pela percepção de incapacidade dos cidadãos de influenciarem decisivamente em pleitos eleitorais em que a lógica do processo tendia, cada vez mais, a temas burocráticos e pouco relacionados às questões do dia a dia da população. Ansart (2002, p. 55-56) reflete que todos os espectros políticos perceberam isso, principalmente, no caso francês, pela diminuição acentuada do comparecimento às urnas, por conta do que a vertente marxista nomeou de “mal-estar’ das civilizações capitalistas”, enquanto as análises liberais definiam como “desencantamento político”.

A análise de Ansart encontra eco nas reflexões de Norbert Lechner (2007, p. 09), para quem as mudanças percebidas nas sociedades ocidentais nas últimas décadas fizeram com que se processasse “uma redefinição dos sentidos da política e, portanto, da democracia possível”. Dessa forma, ainda na primeira década do século XXI, Lechner já antecipava as condições que, pouco tempo depois, levaram várias sociedades e se voltarem para figuras de perfil autoritário, dispostos a estabelecer novas formas de aproximação popular, sem

¹³ Desde a aprovação pelo TSE em 2018, o partido voltou a se chamar Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

¹⁴ No momento em que estamos concluindo a redação deste texto (outubro de 2021), o DEM anunciou uma fusão com o Partido Social Liberal (PSL), resultando em um novo partido chamado União Brasil que, em tese, terá a maior bancada da Câmara Federal e uma das maiores do Senado, se considerarmos a soma das atuais bancadas dos dois partidos e se todos os parlamentares que detém mandato aderirem ao novo partido.

a mediação dos partidos e demais instituições da democracia liberal representativa. De acordo com o autor:

O referencial histórico permite vislumbrar as transformações em curso. A política deixa de ser o lugar privilegiado da produção da sociedade por ela mesma à medida [em] que as consequências imprevistas e indesejáveis da ação política levam a duvidar de uma construção deliberada. A passagem de uma ordem **recebida** para uma ordem **produzida**, própria da modernidade, tende a ser reinterpretada mediante a ideia de uma ordem **autorregulada**. Se concebermos o processo social em termos de uma autorregulação, então, efetivamente, “é preciso renunciar à ilusão de que podemos criar deliberadamente o futuro da humanidade” (LECHNER, 2007, p. 10).

A análise de Lechner aponta para o paradoxo de a própria democracia liberal, na medida em que aperfeiçoou os fundamentos da participação e fiscalização do poder pelas populações de cada país, ter criado, ao mesmo tempo, os elementos de esvaziamento de dessa participação, na medida em que, cada vez mais os imperativos econômicos e jurídicos levaram os parlamentos e demais instâncias deliberativas a retirar das mãos dos eleitos a capacidade de decisão, transferindo-a para uma elite tecnocrática e não eleita, que distanciou-se das demandas do mundo real, em nome de resultados macro e da “previsibilidade jurídico-institucional”.

Essa incapacidade (ou decisão deliberada) de aproximação com as causas e demandas do mundo real é o motivo mais importante para o esvaziamento do engajamento político nos moldes da democracia liberal, fazendo com que eleitoras e eleitores se sentissem atraídos pelos discursos – amplificados cada vez mais pelas redes sociais tecnológicas de nosso tempo – que propõem novas formas de ação política, ou seja, fora do padrão liberal, pois, se estamos em uma ordem social autorregulada, a ideia da construção social da cidadania pelas vias institucionais tradicionais perde sentido. Se a participação política não contribui para a construção da sociedade que desejamos, para que participar da política pela via tradicional? “Assim sendo” – pergunta Lechner (2007, p. 10), ecoando o questionamento de muitos – “qual é o lugar da política”?

A resposta proposta por Levitsky e Ziblatt (2018), nessa perspectiva, de aperfeiçoamento dos filtros partidários para impedir o acesso ao poder dos *outsiders*, não é apenas insuficiente, mas uma demonstração de falta de percepção da realidade, em que os fundamentos institucionais do próprio modelo de democracia liberal se apresentam esgarçados, incapazes de fazer frente às demandas das sociedades atuais.

É inegável que esse estado de coisas favorece – e mesmo, é estimulada por – setores da sociedade, que percebem a possibilidade de viabilizar projetos baseados em visões de mundo antes percebidas como de nichos minoritários, mas que encontram o terreno fértil para sua proliferação. Mas a questão fundamental que deve ser enfrentada é exatamente o limite que o modelo de democracia liberal tem para além da geração de riqueza *pari passu* com a desigualdade socioeconômica cada vez maior. Grande parte dos apoios alcançados por Donald Trump se localizam exatamente nos estados em que tem aumentado cada vez mais a pobreza com a desindustrialização crescente e com o surgimento de categorias profissionais cada vez mais precarizadas.

Certamente que os analistas políticos percebem essas nuances na mudança de perfil dos eleitores e a relação com a situação sociopolítica, mas o modelo encontrado, de

controlar o processo de lançamento de candidatos pela filtragem pré-eleitoral no interior dos partidos claramente não tem se mostrado adequado para evitar que candidaturas consideradas inadequadas ao sistema político da democracia liberal vigente.

Considerações Finais

A percepção de inutilidade não apenas transforma, mas reconstrói todo o imaginário social a respeito da política. Na percepção de parte cada vez maior das sociedades ocidentais, o campo político, de conquista fundamental das sociedades pelo seu potencial de se estabelecer como instância de lutas e enfrentamentos, cada vez mais tem sido percebido como lugar de negociações e acordos excusos, conduzido por profissionais da política descolados da realidade, numa atuação diametralmente oposta (aparentemente) aos interesses da sociedade.

Nesse processo, a política, de conceito filosófico, tem seus sentidos esvaziados ao ser confundida com as instituições políticas estabelecidas. Estas, por sua vez, se confundem com os partidos e agremiações. Na sequência, estes são cada vez mais identificados aos interesses de seus dirigentes e detentores de mandatos eletivos e não com um programa ou projeto político; mesmo estes são percebidos pela sociedade como não permanentes, por não se basear em princípios político-ideológicos, mas representarem, em cada momento, a conveniência das maiorias transitórias, constituindo o que Lechner (2007, p. 13) nomeia como a “crise dos mapas ideológicos”.

Essa equivalência no campo político não permite ao cidadão e eleitor estabelecer diferenças entre tendências e campos ideológicos, classificando-os, todos, como iguais ou indiferenciados, portanto merecedores igualmente de desconfiança ou indiferença.

De um lado, partidos programáticos com base social importante, constituindo-se em espaços de empoderamento de movimentos sociais que representam os interesses de categorias e classes sociais, dando-lhes os meios para a expressão das demandas e ideias, a participação e engajamento político, são colocados no mesmo terreno dos partidos claramente fisiológicos.

Por outro lado, percebemos que o descrédito do campo político, numa época de desenvolvimento tecnológico, em que a informação instantânea chega a cada vez mais pessoas simultaneamente, possibilita que discursos e ideias distorcidas ou de nichos específicos adquiram visibilidade cada vez maior, na medida em que não estão sujeitos aos filtros institucionais – políticos, sociais e mesmo jurídicos – estabelecendo um novo modelo de democracia participativa, amplificando certas vozes como se fossem representativas das maiorias.

Bibliografia

ADINOLFI, Goffredo. Elites Ministeriais e Partidos Políticos na Transição Democrática Italiana. **Estudos Históricos** (Rio de Janeiro) [online]. 2008, v. 21, n. 42, p. 145-171. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-21862008000200003>>.

ARENDT, Hannah. **Origens do Totalitarismo**: antissemitismo, imperialismo, totalitarismo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

ANSART, Pierre. Mal-estar ou fim dos amores políticos? *In.*: **História & Perspectivas**, n. 25 e 26. jul/dez. 2001/ jan./jun. 2002. Uberlândia/MG. Universidade Federal de Uberlândia.

BERNARDO, João. **Democracia Totalitária**: teoria e prática da empresa soberana. São Paulo: Cortez Editora, 2004.

BORDA, Jordi. *Democracia local*: descentralización del estado, políticas económicasociales en la ciudad y participación popular. Barcelona, Ayuntamiento de Barcelona, 1988.

FITOUSSI, Jean-Paul.; ROSANVALLON, Pierre. *La Nuova Era de las Desigualdades*. Buenos Aires: Manantial, 2003.

GAY, Peter. **A Cultura de Weimar**. Tradução de Laura Lúcia da Costa Braga. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

GRAMSCI, Antonio. **Escritos Políticos**, Volume II. Lisboa: Seara Nova, 1977.

GELLATELY, Robert. **Apoiando Hitler** – Consentimento e Coerção na Alemanha Nazista. São Paulo: Editora Record, 2011.

HOBBSAWM, Eric. **A Era dos Extremos**: o breve século XX (1914-1991). São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JUDT, Tony. **Pós-Guerra**. Uma História da Europa desde 1945. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

LAVALLE, Adrián, et. al. Democracia, pluralização da representação e sociedade civil. **Lua Nova**, n. 67. São Paulo, 2006.

LECHNER, Norbert. Os novos perfis da política: um esboço. **Lua Nova**, n. 62, São Paulo, 2007.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as Democracias Morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

MADISON, James; HAMILTON, Alexander; JAY, John. **O Federalista**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1984.